

O PATRIMÔNIO CULTURAL NAS GRADES CURRICULARES DE CURSOS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

HELEN GULARTE CABRAL¹;
DANIELE BALZ DA FONSECA²

¹*Universidade Federal de Pelotas – helen.cabral@riogrande.ifrs.edu.br*

²*Universidade Federal de Pelotas – danielefonseca1980@gmail.com*

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa apresentar a proposta de pesquisa sobre o tema conservação do patrimônio cultural, um assunto que suscita amplos discursos e investigações em vários domínios do conhecimento, inclusive em arquitetura e urbanismo. O interesse pela preservação remonta ao final do século XVIII, durante o período da Revolução Francesa, quando o conceito de patrimônio surgiu como uma ferramenta para a construção da identidade nacional (FONSECA, 1997). Portanto, não é um fenômeno recente. Atualmente, questões éticas na catalogação de bens culturais, processos de registro e intervenções de projeto em estruturas históricas são fundamentais para o discurso em torno da preservação. Além disso, a crescente ênfase na sustentabilidade e no reuso do patrimônio intensifica a relevância dessa discussão.

No Brasil, a consciência do patrimônio histórico começou a ganhar força na década de 1920, alimentada pelas críticas dos intelectuais em relação ao abandono do patrimônio nacional, o que suscitou respostas de entidades governamentais e culturais (FONSECA, 1997). As discussões em torno da identidade nacional e da conservação cultural foram solidificadas em 1937 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN –, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – que assumiu a responsabilidade pela padronização e salvaguarda dos bens culturais do país (CHUVA, 2012).

Desde o início dos programas de arquitetura e urbanismo no Brasil, o discurso sobre preservação progrediu, aparecendo inicialmente como um tópico eletivo nos currículos e, posteriormente, tornando-se uma disciplina obrigatória. A integração desse tema nas grades curriculares ressalta a crescente importância da conservação do patrimônio cultural na formação profissional de arquitetos e urbanistas, já que esses profissionais são frequentemente consultados sobre questões relacionadas à preservação do patrimônio.

Esta pesquisa surgiu de um questionamento sobre a relação existente entre o tema preservação do patrimônio cultural e cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. O intuito foi entender como se deu o processo de inserção deste tema ao longo dos anos nos currículos destes cursos de graduação e como estariam sendo abordados até então.

A pesquisa está fundamentada na literatura que aborda conceitos sobre patrimônio cultural, bem como fontes documentais relacionadas às diretrizes curriculares, às recomendações sobre preservação do patrimônio advindas das cartas patrimoniais e ao desenvolvimento histórico dos programas de arquitetura e urbanismo no Brasil. Em relação ao patrimônio cultural, buscaram-se documentos na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO –, no IPHAN e o no Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS –. Além disso, até o momento, contribuições de estudiosos como Françoise Choay em seu livro *A Alegoria do Patrimônio* (2001), Márcia Chuva em seu livro *Patrimônio*

Cultural. Políticas e perspectivas de preservação no Brasil (2012), Maria Cecília Londres Fonseca em sua obra O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil (1997), foram fundamentais para abordar a preservação do patrimônio cultural e suas implicações para a arquitetura e o urbanismo.

Com relação à origem e evolução dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, entidades como o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA –, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – e a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo – ABEA –, fornecem dados pertinentes sobre a regulamentação e os conteúdos curriculares, que foram complementados até então por estudiosos como Maria Elisa Meira em seu artigo Técnicas Retrospectivas: manutenção e reabilitação da paisagem construída (2000) e Wilson Ribeiro dos Santos Junior em sua tese de doutorado intitulada O currículo mínimo no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: 1969-1994 (2001).

Sobre as diretrizes curriculares, estão sendo utilizados materiais do Ministério da Educação – MEC – e pesquisas conduzidas por Antônio Flávio Barbosa Moreira em seu livro Currículo: Políticas e Práticas (2006), Maria Célia Marcondes de Moraes em seu livro Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente (2003) e Tomaz Tadeu da Silva em seu artigo A Preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil (2010), que examinam a influência dessas diretrizes na formação de arquitetos e urbanistas. As cartas patrimoniais estão sendo revisadas tanto pelos próprios documentos contidos no site do IPHAN, como também através de um material robusto de Isabelle Cury autora do livro Cartas Patrimoniais (2000), que examina sua implementação na preservação do patrimônio cultural.

A pergunta central que sustenta este estudo é: de que formas os cursos de arquitetura e urbanismo de proeminentes universidades brasileiras abordam a conservação do patrimônio cultural em seus currículos? Para elucidar essa investigação, a hipótese preliminar pressupõe que os currículos atendem predominantemente aos padrões mínimos delineados pelas diretrizes curriculares do MEC. As motivações pessoais para o desenvolvimento desta pesquisa são pelo fato de ser professora do Instituto Federal do Rio Grande do Sul e estar envolvida na abertura do curso superior em arquitetura e urbanismo através da formulação do projeto pedagógico do curso e desenvolvimento de ementas relacionadas à disciplina de história da arquitetura e do urbanismo, bem como todas as disciplinas de projeto arquitetônico. O objetivo geral desta pesquisa é avaliar a maneira pela qual a conservação do patrimônio cultural está sendo abordada nos currículos de cursos de graduação em arquitetura e urbanismo no Brasil, considerando a evolução das diretrizes curriculares e as demandas atuais para a formação do profissional arquiteto e urbanista.

Como objetivos específicos propôs-se primeiramente apresentar o processo de inserção do tema de preservação do patrimônio cultural nos currículos dos cursos. Em segundo, propôs-se verificar se as exigências mínimas das diretrizes curriculares do Ministério da Educação para os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo estão sendo atendidas. Por fim, como último objetivo específico, propôs-se investigar como os cursos de arquitetura e urbanismo de proeminentes universidades brasileiras incorporam os princípios das recomendações de instituições de referência no tema como, por exemplo, o ICOMOS e as cartas patrimoniais, em seus currículos.

Considerando o grande número de cursos disponíveis, a pesquisa abrangerá cinco grupos de cursos de graduação em arquitetura e urbanismo, distribuídos nas cinco macrorregiões do Brasil – Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste –, tendo como critério de escolha os cursos das maiores universidades destas macrorregiões e de diferentes fundações administrativas, sendo elas a pública-gratuita e a privada. Assim será possível apresentar uma análise abrangente do cenário destes cursos e de suas propostas pedagógicas relativas à preservação do patrimônio cultural.

METODOLOGIA

Neste estudo, a investigação emprega uma metodologia qualitativa, com base no referencial teórico estabelecido por Laurence Bardin em seu livro *Análise de Conteúdo* (2015). A fase inicial da metodologia envolve uma extensa revisão da literatura que examina os conceitos associados à preservação do patrimônio cultural, juntamente com a origem e evolução dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo em todo o Brasil. Concomitantemente propõe-se o levantamento e a análise documental para delinear as categorias que orientarão a avaliação dos currículos destes cursos, enfatizando particularmente os conteúdos relacionados à preservação do patrimônio cultural e o grau de interdisciplinaridade entre eles.

A avaliação do tema nos currículos será fundamentada através de categorias desenvolvidas a partir de padrões mínimos estabelecidos pelas diretrizes curriculares exigidas pelo MEC, em conjunto com as recomendações de instituições de referência no assunto, tais como as quarenta e uma cartas patrimoniais relacionadas à preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico. O estudo visa explorar em profundidade o tema nas grades curriculares. Para isso, propõe-se entrevistar docentes dos cursos selecionados, fornecendo assim uma compreensão mais abrangente de como a preservação do patrimônio cultural está sendo incorporada ao projeto pedagógico destes cursos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa ainda não chegou à fase de resultados, porém é possível afirmar que sua importância resida na capacidade de fornecer uma análise sobre o ensino da preservação do patrimônio cultural no Brasil, demonstrando como este tema está sendo abordado em grandes cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil. Essa análise contribuirá tanto para a identificação de áreas que requerem melhorias como também servir de estímulo ao discurso sobre o aperfeiçoamento da formação de arquitetos e urbanistas. O intuito é o de incentivar a busca de uma nova perspectiva que possa contribuir para a formação de um currículo mais coerente e abrangente que aborde as necessidades contemporâneas da preservação do patrimônio cultural.

O discurso sobre a educação de arquitetos e urbanistas também deve levar em conta os contextos históricos e políticos, juntamente com as expectativas da sociedade em relação ao papel do arquiteto na salvaguarda da memória coletiva. O desenvolvimento de um paradigma educacional que priorize e integre a preservação do patrimônio cultural às práticas pedagógicas é crucial para a formação de profissionais aptos a enfrentar os desafios presentes e futuros da arquitetura e do planejamento urbano no Brasil.

CONCLUSÕES

Considerando a fase de levantamento de dados para a pesquisa, ainda não é possível tecer conclusões, portanto apresentam-se aqui as próximas etapas deste trabalho. Até o momento a investigação se concentrou em revisões de literatura e documentos, análises curriculares do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - e coleta de dados relativos às diretrizes curriculares do MEC e às cartas patrimoniais. O próximo passo será a conclusão da relação das categorias de análise para então analisar o currículo do curso da UFRGS.

A partir dos ajustes e definição do método da análise, migra-se para a busca de dados de outros cursos de arquitetura e urbanismo do Brasil para posteriormente apresentar os resultados de análise sobre cada curso. Esta etapa da investigação tem por objetivo analisar a relação das diretrizes curriculares e das cartas patrimoniais às propostas de conteúdos curriculares sobre o tema. Estes resultados visam uma discussão sobre a atual disposição do tema dentro dos currículos. Esta etapa visa estimular avanços na inclusão do tema preservação do patrimônio cultural nas grades curriculares dos cursos fornecendo uma perspectiva mais abrangente e interdisciplinar. Ao mesmo tempo, se busca incorporar demandas emergentes, como a sustentabilidade e consequente reuso das edificações, ao desenvolvimento profissional de arquitetos e urbanistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.
- CARVALHO, A. P. C. **O Ensino Paulistano de Design**. 1. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2015.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- CHUVA, M. **Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política**. In: CHUVA, M.; NOGUEIRA, A. G. R. (Org.). **Patrimônio Cultural: Políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p. 67-78.
- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- MEIRA, M. E. **Técnicas Retrospectivas: manutenção e reabilitação da paisagem construída**. In OLIVEIRA, I. C. E. (Org.); PINTO, V. P. (Org.). **A Educação do Arquiteto e Urbanista: diretrizes, contexto e perspectivas**. Piracicaba: Editora da Universidade Metodista de Piracicaba, 2000, pp. 39-44. SCHLEE, Andrey Rosenthal (Org.).
- MORAES, M.C.M. (Org.). **Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOREIRA, A. F. B. (Org.). **Curriculum: políticas e práticas**. Campinas: Papirus, 2006.
- SANTOS JUNIOR, W. R. **O currículo mínimo no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: 1969-1994**. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. . Acesso em: 09 out. 2024.
- TOMAZ, P. C. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil**. Fênix - Revista de História e Estudos Culturais, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 1–12, 2010. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/260>. Acesso em: 8 out. 2024.